

HABEAS CORPUS Nº 548.804 - SP (2019/0358001-6)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : PAULO ROGERIO COMPIAN CARVALHO
ADVOGADO : PAULO ROGÉRIO COMPIAN CARVALHO - SP217672
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANDRE BATISTA MOLINA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU A LIMINAR DO *WRIT* ORIGINÁRIO. TRÁFICO DE DROGAS (2,30 G DE COCAÍNA E 30,06 G DE *CRACK*). PRISÃO PREVENTIVA. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES IMPOSTA NO HC N. 485.044/SP (NÃO COMPARECIMENTO QUINZENAL EM JUÍZO PARA JUSTIFICAR SUAS ATIVIDADES). AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. SÚMULA 691 DO STF. INCIDÊNCIA.

Petição inicial indeferida liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de **André Batista Molina**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo (HC n. 2245669-53.2019.8.26.0000).

Narram os autos que o paciente foi autuado em flagrante delito pela suposta prática do crime de tráfico de drogas (16 porções de cocaína - 2,30 g e 104 porções de *crack* - 30,06 g). Em seguida, a prisão preventiva foi decretada.

Em 2/4/2019, a Sexta Turma, no HC n. 485.044/SP, de minha relatoria, concedeu a ordem para substituir a prisão imposta ao paciente por medidas cautelares, dentre elas o comparecimento quinzenal em juízo para informar e justificar suas atividades, sem prejuízo da aplicação de outras cautelas pelo Juiz do caso ou de decretação da prisão preventiva em hipótese de descumprimento de quaisquer das obrigações impostas ou de superveniência de motivos concretos para tanto.

Consta, também, que o paciente vinha se apresentando quizenalmente ao juízo e justificando suas atividades, contudo, deixou de cumprir a referida obrigação nos meses de julho e agosto e não foi encontrado na sua residência para intimações processuais. O Juízo de

Superior Tribunal de Justiça

origem decretou a liberdade provisória e, mediante requerimento do *Parquet*, posteriormente, revogou-a, decretando a prisão do paciente.

Impetrado *writ*, na origem, a Desembargadora Gilda Alves Barbosa Diodatti indeferiu a liminar.

Daí o presente *mandamus*, em que o impetrante alega, de início, superação da súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

Aduz que, embora o paciente não tenha justificado suas atividades quinzenalmente, compareceu as duas audiências realizadas pelo Juízo de primeiro grau.

Destaca que *o descumprimento das medidas cautelares impostas anteriormente, somado ao fato de o Paciente não ter sido encontrado no endereço fornecido, por si só, não permite concluir que o Paciente tenha demonstrado intenção em não colaborar com a justiça, bem como furtar-se à aplicação da lei penal* (fls. 12/13).

Requer, inclusive em liminar, a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a substituição da prisão por outras medidas cautelares.

É o relatório.

O *habeas corpus* não comporta seguimento.

As Turmas integrantes da Terceira Seção desta Corte, na esteira do preceituado na Súmula 691/STF, têm entendimento pacificado de não ser cabível a impetração de *habeas corpus* contra decisão de relator indeferindo medida liminar em ação de igual natureza, ajuizada nos Tribunais de segundo grau, salvo a hipótese de teratologia ou ilegalidade manifesta.

É certo que caberá, primeiramente, ao Colegiado competente do Tribunal estadual, analisar em maior profundidade as questões levantadas no *habeas corpus* lá impetrado.

Convém aguardar o trâmite regular do *writ* na origem.

Além do que, ficou consignado na decisão que indeferiu a liminar o seguinte (fls.

Superior Tribunal de Justiça

24/25 - grifo nosso):

[...]

A propósito, verifico constar da cópia da liminar deferida nos autos do *habeas corpus* nº 485.044/SP, do Superior Tribunal de Justiça, **que o eminente ministro Sebastião Reis consignou, dentre o mais, que substituiu a prisão preventiva por cautelares diversas (CPP, art. 319), "sem prejuízo da aplicação de outras cautelares pelo Juiz do caso ou de decretação da prisão preventiva em hipótese de descumprimento de quaisquer das obrigações impostas** ou de superveniência de motivos concretos para tanto." (fls. 63/66) (grifei e destaquei).

Com efeito, conforme alegado pelo próprio impetrante, e do que consta dos autos de origem, **o paciente não compareceu em cartório para justificar suas atividades nos meses de julho e agosto de 2019 (certidão de fls. 177), bem ainda não foi encontrado em sua residência para intimação de atos processuais** (fls. 145).

Logo, em observância à sobredita decisão de *habeas corpus* deferido pelo Superior Tribunal de Justiça (fls. 63/66 e 111), bem ainda ao disposto no artigo 282, §4º, do Código de Processo Penal, **não se mostram, ao menos à primeira vista, ilegais as decisões do MM. Juízo a quo** (fls. 183 e 207), pelas quais **revogada a liberdade provisória do paciente e determinada a prisão preventiva dele.**

[...]

Com essas considerações, com fundamento nos art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** a petição inicial.

Publique-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator